

PROGRAMA DO CONCURSO

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - PROJETO SAFE CENTRE & DIFUSÃO ESTATÍSTICA: RENOVAÇÃO DE SUPORTE E SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADOS

Procedimento n.º 2021/084/DGEEC/CPI

CPV n.º 72261000-2 - (Serviços) - Serviços de assistência em matéria de software

novembro de 2021

ÍNDICE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Artigo 1.º Objeto	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 3.º Júri do concurso	3
Artigo 4.º Disponibilização e consulta das peças do procedimento.....	4
Artigo 5.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento	4
CAPÍTULO II DOS CONCORRENTES E DA PROPOSTA	6
Artigo 6.º Concorrentes	6
Artigo 7.º Documentos que constituem a proposta e definição do preço anormalmente baixo	7
Artigo 8.º Apresentação de propostas condicionadas ou variantes	8
Artigo 9.º Prazo e forma de apresentação da proposta	8
Artigo 10.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	9
Artigo 11.º Retirada das propostas.....	9
CAPÍTULO III AVALIAÇÃO E AUDIÊNCIA PRÉVIA	9
Artigo 12.º Critério de adjudicação.....	9
Artigo 13.º Análise das propostas e relatórios preliminar e final	10
CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	11
Artigo 14.º Decisão de adjudicação.....	11
Artigo 15.º Notificação da adjudicação e documentos de habilitação	11
Artigo 16.º Modo de apresentação dos documentos de habilitação	11
Artigo 17.º Modo de apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos	12
Artigo 18.º Caução	12
Artigo 19.º Minuta e outorga do contrato	13
CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13
Artigo 20.º Dados pessoais.....	13
Artigo 21.º Despesas	14
Artigo 22.º Comunicações	14
Artigo 23.º Legislação aplicável	14
ANEXO I	15
ANEXO III.....	17
ANEXO IV	18

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia tem por objeto a aquisição de serviços - projeto safe centre & difusão estatística: renovação de suporte e serviços de apoio técnico especializados.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante e órgão que tomou a decisão de contratar

1. A entidade adjudicante é a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), com sede na Avenida 24 de julho, n.º 134, 1399-054 Lisboa, NIPC 600 084 906, e endereço de correio eletrónico compras@dgeec.mec.pt.
2. A decisão de contratar foi tomada por despacho do Diretor-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, ao abrigo da subdelegação de competências prevista no Despacho n.º 2054/2021, de 11 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 38, de 24 de fevereiro de 2021.
3. A plataforma eletrónica de compras públicas utilizada no presente concurso é a Plataforma Eletrónica acinGov, doravante designada por “Plataforma Eletrónica”, que se encontra disponível em <https://www.acingov.pt>.

Artigo 3.º

Júri do concurso

1. O presente procedimento é conduzido por um júri composto por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar, conforme Anexo I.
2. Ao júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências com aquelas relacionadas que sejam da sua competência, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, bem como exercer as competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas.

Artigo 4.º

Disponibilização e consulta das peças do procedimento

1. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Programa do Concurso, no Caderno de Encargos e respetivos anexos, bem como pelo disposto em quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente os eventuais esclarecimentos e retificações que venham a ser realizados.
2. As peças do concurso serão disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, de forma livre, completa e gratuita, a partir da data da publicação do respetivo anúncio, conforme disposto no n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
3. Para ter acesso à Plataforma Eletrónica, cada interessado deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
4. Em caso de dificuldade no acesso livre e gratuito às peças do procedimento na Plataforma Eletrónica, a consulta das peças do presente procedimento poderá ser feito desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, entre as 10h30m|12h30m e as 14h30m|16h30m, na Direção de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos, mediante pedido prévio, com pelo menos 2 (dois) dia de antecedência, através do endereço de correio eletrónico compras@dgeec.mec.pt, acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) Documento comprovativo de contacto com a Plataforma Eletrónica identificando a dificuldade de acesso às peças do procedimento;
 - b) Documento com a resposta da Plataforma Eletrónica que comprove que a dificuldade de acesso é por motivos imputáveis à Plataforma Eletrónica.

Artigo 5.º

Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados através da Plataforma Eletrónica, até às 23h59m do dia em que termina o 1.º (primeiro) terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. No prazo mencionado na alínea anterior, os interessados podem apresentar à entidade adjudicante, através da Plataforma Eletrónica, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados nas peças do procedimento, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que por eles apenas possam vir a ser detetados na fase de execução do

- contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
3. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados serão disponibilizadas na Plataforma Eletrónica, juntos às peças do procedimento e notificados imediatamente a todos os interessados.
 4. Até às 23h59m do dia em que termina o 2.º (segundo) terço do prazo fixado para a apresentação de propostas:
 - a) O júri presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar, pronuncia-se sobre os erros e omissões apresentados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
 5. A falta de resposta até à data indicada no n.º 4, a pedidos de esclarecimento apresentados nos termos do n.º 1, justifica a prorrogação, no mínimo, pelo período correspondente ao atraso verificado, do prazo inicialmente fixado para a apresentação de propostas.
 6. Caso a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento implique a alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões, nos termos do n.º 1 do artigo 64.º, sendo esta decisão de prorrogação publicitada nos termos do n.º 5 do artigo 64.º, ambos do CCP.
 7. Sem prejuízo do disposto no artigo 64.º do CCP, o órgão que tomou a decisão de contratar, pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e prazos previstos nos números anteriores, ou até ao final do prazo de entrega das propostas.
 8. A prorrogação do prazo de apresentação das propostas aproveita a todos os interessados.
 9. A decisão prevista na alínea b) do n.º 4, bem como os esclarecimentos apresentados, serão publicitados na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do procedimento, que se encontrem patentes para consulta, prevalecendo sobre estas, sendo todos os interessados imediatamente notificados desse facto.

CAPÍTULO II
DOS CONCORRENTES E DA PROPOSTA

Artigo 6.º

Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do mesmo diploma.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação, no momento da apresentação da proposta.
3. Sem prejuízo de a constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da proposta, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se a assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, com vista à celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo as entidades que compõem o agrupamento indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da DGEEC, e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
4. Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente devem preencher cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Satisfazer as disposições legais e as exigências previstas no presente procedimento, relativamente ao objeto do contrato a celebrar;
 - b) Assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo contrato, se for o caso, através do preenchimento da declaração que constitui o Anexo III.
5. As entidades que compõem o agrupamento designam um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar, com a sua proposta, instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem, nos termos do Anexo IV.

Artigo 7.º

Documentos que constituem a proposta e definição do preço anormalmente baixo

1. Os documentos da proposta são obrigatoriamente redigidos em português, exceto comprovativos dos certificados do concorrente, que podem ser em inglês.
2. A proposta apresentada deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme previsto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP, disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>;
 - b) Documento da proposta, elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo II.
 - c) Os documentos referidos nas alíneas anteriores, devem ser instruídos de forma a possibilitar a avaliação da proposta, conforme modelo de avaliação descrito no artigo 12.º.
3. Para além dos documentos referidos no número anterior e nos casos aplicáveis, devem ser obrigatoriamente apresentados os seguintes documentos:
 - a) Para os concorrentes que se apresentem sob a forma de agrupamento, Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de consórcio externo, que contenha declaração de compromisso de nomeação do chefe de consórcio, no momento da constituição do consórcio externo, ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da DGEEC e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado, em conformidade com o modelo constante do Anexo III;
 - b) Para os concorrentes que se apresentem sob a forma de agrupamento, designação do representante comum do agrupamento e respetivos instrumentos de mandato, em conformidade com o modelo constante do Anexo IV;
 - c) Quaisquer outros documentos que, em função do objeto do contrato e dos aspetos submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - d) No caso de o preço contratual proposto ser inferior ou igual ao preço considerado anormalmente baixo, documento que contenha os esclarecimentos justificativos dos preços apresentados, de acordo com o n.º 6.

4. A apresentação dos documentos previstos nos n.ºs 1 e 2 obedece, nomeadamente, ao disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 57.º do CCP, e na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
5. O cálculo do preço anormalmente baixo teve em atenção os valores dos contratos celebrados anteriormente pela entidade adjudicante para idênticos objetos.
6. Considera-se preço anormalmente baixo, qualquer preço proposto que seja inferior ou igual a 50 % (cinquenta por cento) do preço base indicado na cláusula 17.^a do Caderno de Encargos do procedimento, pois entende-se que um preço abaixo do limiar supra indicado implica elevado risco de incumprimento.

Artigo 8.º

Apresentação de propostas condicionadas ou variantes

Não é admissível a apresentação de propostas condicionadas ou variantes.

Artigo 9.º

Prazo e forma de apresentação da proposta

1. Nos termos do n.º 3 do artigo 136.º do CCP, as propostas devem ser apresentadas até às 23h59min do 15.º (décimo quinto) dia após o envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ocorrendo o respetivo envio para publicitação no Diário da República em simultâneo com aquele.
2. A apresentação das propostas deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da Plataforma Eletrónica, podendo o concorrente em caso de dificuldade em aceder e utilizar a Plataforma Eletrónica, contactar o apoio técnico através do n.º 707 451 451, disponível nos dias úteis das 8h20m às 24h00m ou através do endereço de correio eletrónico: apoio@acingov.pt.
3. Todos e quaisquer documentos carregados na Plataforma Eletrónica deverão ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, deverá ser assinada eletronicamente pelo representante comum do agrupamento, como tal designado nos termos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º.
5. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção na área de acesso exclusivo do concorrente.

6. Quando, pela sua natureza, quaisquer documentos dos que constituem as propostas não possam ser apresentados nos termos do disposto no n.º 1, estes devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, observando as seguintes regras:
- a) Indicar no rosto do invólucro a designação do presente procedimento e fazer menção à DGEEC;
 - b) Enviar o invólucro por correio registado ou entregá-lo diretamente nas instalações da DGEEC, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas; e
 - c) A receção será registada por referência à respetiva data e hora, sendo disponibilizado ao interessado o respetivo comprovativo.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias.

Artigo 11.º

Retirada das propostas

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando que comuniquem tal facto à entidade adjudicante através da Plataforma Eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

CAPÍTULO III

AVALIAÇÃO E AUDIÊNCIA PRÉVIA

Artigo 12.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, sendo o preço o único aspeto a avaliar.
2. Em caso de empate na pontuação final das propostas apresentadas será adotado como critério de desempate, o mais baixo preço/hora proposto.
3. Caso o empate subsista, o desempate será efetuado por sorteio, realizado pelo júri na presença de um representante de cada uma das entidades concorrentes que se

encontrem em situação de empate, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os presentes, a realizar nas instalações da entidade adjudicante.

4. As entidades concorrentes que tenham as suas propostas em situação de empate, serão notificadas da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 2 (dois) dias úteis, devendo apresentar-se munidas da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

Artigo 13.º

Análise das propostas e relatórios preliminar e final

1. O júri do concurso elabora um relatório fundamentado sobre o mérito das propostas apresentadas, no qual propõe a ordenação das mesmas de acordo com o critério de adjudicação referido no artigo anterior.
2. No relatório mencionado no número anterior o júri do concurso fundamenta as razões por que propõe a exclusão de qualquer proposta, se for o caso, nomeadamente pelo disposto nos artigos 70.º, 79.º e 146.º do CCP.
3. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia, a promover pelo júri do concurso, que fixa o prazo para pronúncia dos concorrentes de 5 (cinco) dias.
4. Decorrida a audiência prévia prevista no número anterior, o júri do concurso elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
5. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 3, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
6. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, a quem cabe decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.
7. Caso tenha sido apresentada uma única proposta, não se aplicam os números anteriores, sendo submetida ao órgão competente para a decisão de contratar um projeto de decisão de adjudicação.

CAPÍTULO IV

ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Artigo 14.º

Decisão de adjudicação

Cumpridas as formalidades previstas nos artigos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação.

Artigo 15.º

Notificação da adjudicação e documentos de habilitação

1. A decisão de adjudicação é comunicada simultaneamente a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final fundamentado de avaliação das propostas em conformidade com o disposto no artigo 77.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar os seguintes documentos:
 - a) Os documentos de habilitação nos termos do n.º 1 do artigo 81.º do CCP e do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, e Certidão Permanente de Registo Comercial;
 - b) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o chefe do consórcio;
 - c) Documentos comprovativos da confirmação dos compromissos assumidos por entidades terceiras relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, quando aplicável;
 - d) Documentos comprovativos da titularidade das licenças e autorizações legalmente exigidas para a prestação dos serviços/fornecimento de bens objeto do contrato, caso seja aplicável.

Artigo 16.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da Plataforma Eletrónica ou, no caso de esta se encontrar indisponível, através de correio eletrónico para o seguinte endereço: compras@dgeec.mec.pt.

2. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante, através dos meios indicados no número anterior, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da Lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos de habilitação, é dispensada a respetiva reprodução, referida no n.º 1.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
5. No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para suprir essas irregularidades no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP.
6. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, disponibilizando tais documentos na Plataforma Eletrónica, para consulta de todos os concorrentes.

Artigo 17.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação por agrupamentos

Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas coletivas, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 16.º devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 18.º

Caução

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, não é exigível a prestação de caução.

Artigo 19.º

Minuta e outorga do contrato

1. Em simultâneo com a decisão de adjudicação, a entidade adjudicante aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do CCP, a minuta de contrato a celebrar, disso notificando o adjudicatário, em conformidade também com o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º e o artigo 100.º do mesmo diploma.
2. Após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, nos termos do artigo 101.º do CCP, a entidade adjudicante notifica-o do prazo para a outorga, que será realizada através de meios eletrónicos com recurso a assinatura digital qualificada, e remessa do contrato, nos termos do artigo 94.º e da alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º, ambos do CCP.
3. A celebração do contrato é publicitada nos termos previstos no artigo 465.º do CCP e obriga ao anúncio determinado nos termos do artigo 78.º do mesmo Código.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20.º

Dados pessoais

1. No cumprimento do disposto no Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, é da exclusiva responsabilidade dos interessados ou concorrentes a informação constante nos documentos apresentados por estes, no âmbito do presente procedimento pré-contratual.
2. Em consequência do disposto na alínea anterior, considera-se que cada interessado ou concorrente autoriza a DGEEC, no âmbito da tramitação do presente procedimento pré-contratual, a divulgar todos os documentos, exceto os que sejam considerados como classificados, conforme o disposto no CCP, com especial enfoque nos artigos 50.º, 72.º, 85.º e 138.º.
3. No âmbito deste procedimento, a DGEEC recolhe todos os dados através da Plataforma Eletrónica, considerando-se que todos interessados ou concorrentes que nela introduzirem dados conferem autorização para o respetivo armazenamento nessa plataforma.
4. A DGEEC não partilha os dados pessoais com entidades externas, a menos que seja obrigada por norma legal ou decisão judicial.

5. A DGEEC envida esforços para proteger as informações pessoais disponibilizadas pelos utilizadores e para assegurar que os dados pessoais serão recolhidos e mantidos em condições de segurança e de forma confidencial.
6. Existe limitação de acesso a informação pessoal a pessoas previamente autorizadas pela DGEEC.

Artigo 21.º

Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação das propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 22.º

Comunicações

1. Todas as comunicações, notificações e declarações relacionadas com o presente procedimento de concurso público serão efetuadas por escrito, através da Plataforma Eletrónica na ferramenta “Comunicações”, salvo determinação expressa em contrário pela entidade adjudicante.
2. Todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento de concurso público serão efetuados em português, exceto se outra língua for especificamente determinada, caso a caso, pela entidade adjudicante.

Artigo 23.º

Legislação aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º do Programa do Concurso)

JÚRI DO CONCURSO

Por despacho do órgão competente para a decisão de contratar foi determinado que o júri do concurso seria composto pelos seguintes elementos:

1. Joana Netto de Miranda Duarte, Chefe da Divisão de Estudos e de Gestão do Acesso a Dados para Investigação (presidente);
2. Joaquim Carlos Alcobia dos Santos, Diretor de Serviços de Estatísticas da Educação (vogal, que substitui a presidente nas suas ausências e impedimentos);
3. Carla Sofia Cabaço Figueira Alves Lopes, Técnica Superior da Direção de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos (vogal);
4. Jorge Miguel Colaço Teixeira, Diretor de Serviços de Tecnologia e Sistemas de Informação (suplente);
5. Maria Catarina Lopes Alves Mendes, Diretora de Serviços de Administração Financeira e Recursos Humanos (suplente).

Ao júri do concurso compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências que sejam da sua competência, nos termos do n.º 1 do artigo 69.º do CCP, bem como exercer as competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas.

ANEXO II

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

MODELO DE PROPOSTA

[Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade]¹, depois de ter tomado conhecimento do objeto e das peças procedimentais do procedimento pré-contratual para “Aquisição de serviços - projeto safe centre & difusão estatística: renovação de suporte e serviços de apoio técnico especializados”, obriga-se a executar o contrato a celebrar, de harmonia com o disposto no Caderno de Encargos e nas condições técnicas e financeiras propostas, nos seguintes termos:

Designação	Preço contratual proposto	Preço/hora proposto
Renovação do suporte pós-Venda aos softwares SAS	[em numerário]€ ([por extenso])	----- -----
Serviços técnicos especializados de suporte à instalação, configuração e parametrização dos softwares SAS	[em numerário]€ ([por extenso])	[em numerário]€ ([por extenso])

Aos preços indicados na tabela, acresce imposto sobre o valor acrescentado(IVA) à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... (assinatura).

¹ Em caso de agrupamento, identificar o subscritor, a qualidade de representante comum do agrupamento e os membros do agrupamento [conforme alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º e n.º 4 do artigo 9.º do Programa do Concurso].

ANEXO III

[a que se refere a alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º e a alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ASSOCIAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO EXTERNO

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público internacional para a “Aquisição de serviços - projeto safe centre & difusão estatística: renovação de suporte e serviços de apoio técnico especializados”, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para efeitos da alínea a) do n.º 3 do artigo 7.º do Programa do Concurso, que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso seja adjudicada a proposta por si apresentada, com vista à celebração do contrato objeto do referido concurso, e declaram, sob compromisso de honra, assumir a responsabilidade solidária perante a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 4 do artigo 6.º do Programa do Concurso.

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de consórcio externo, designarem como chefe do consórcio *[identificação]*, a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e a esta dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

[Data e assinatura dos subscritores, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 9.º do Programa do Concurso]

ANEXO IV

[a que se refere o n.º 5 do artigo 6.º e a alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do Programa do Concurso]

INSTRUMENTO DE MANDATO

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade]*, *[identificação do representante legal do membro do agrupamento]*, na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade]*, *[todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos]*, enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público internacional para a “*Aquisição de serviços - projeto safe centre & difusão estatística: renovação de suporte e serviços de apoio técnico especializados*”, vêm, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º, do Programa do Concurso, designar como representante comum do agrupamento constituído pelas entidades acima identificadas *[identificar representante comum do agrupamento que deverá ser pessoa singular]*, a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para intervir e apresentar reclamações ou recursos. Mais declaram assumir responsabilidade solidária perante a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do contrato.

[Data e assinatura dos subscritores, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 7.º e no n.º 3 do artigo 9.º do Programa do Concurso]